

UNIVERSIDADE ABERTA ISCED
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

Nércia Carlos: 61240835

Resolução de casos práticos à luz do Código Civil moçambicano: compra e venda de imóveis e responsabilidade civil por acidentes de viação.

1 Introdução

Este trabalho analisa um caso prático de Direito das Obrigações à luz do Código Civil moçambicano de 1966, com enfoque nos regimes jurídicos aplicáveis à compra e venda de bens imóveis, bem como à responsabilidade civil e à responsabilidade pelo risco. A análise encontra-se estruturada em duas partes distintas. A primeira parte examina a validade formal do contrato de compra e venda de bem imóvel e a consequente extinção da obrigação por impossibilidade objetiva superveniente não imputável ao devedor, nos termos dos artigos 874.º a 875.º e 790.º a 793.º do Código Civil. Já a segunda parte aborda as consequências jurídicas de um acidente de viação, com incidência na responsabilidade por factos ilícitos (artigos 483.º a 487.º) e na responsabilidade pelo risco (artigos 499.º a 508.º), especialmente quanto à responsabilidade do comitente pelos atos do comissário no exercício das suas funções. Esta análise visa aplicar os preceitos legais aos factos apresentados, promovendo uma subsunção rigorosa entre os factos e o direito vigente, com vista a alcançar soluções juridicamente fundamentadas.

1.1 Objectivo geral:

- Resolver casos práticos relativos à compra e venda de imóveis e à responsabilidade civil por acidentes de viação, com base no Código Civil moçambicano 1966.

1.2 Objectivos específicos:

- Verificar a forma legal exigida para a validade do contrato de compra e venda de imóveis, conforme os artigos 874.º e 875.º do Código Civil moçambicano.

- Interpretar os efeitos jurídicos da impossibilidade superveniente da prestação por força maior, segundo os artigos 790.º a 793.º do Código Civil.
- Aplicar os regimes da responsabilidade civil e da responsabilidade pelo risco aos danos causados por acidente de viação, com base nos artigos 483.º a 508.º do Código Civil moçambicano.

1.4 Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido com base na interpretação jurídica dos artigos aplicáveis do Código Civil moçambicano de 1966, visando a resolução de dois casos práticos relacionados à compra e venda de bens imóveis e à responsabilidade civil por acidentes de viação. A execução consistiu na leitura sistemática das normas legais constantes dos artigos 874.º a 875.º, 790.º a 793.º, e 483.º a 508.º, seguida da identificação dos sujeitos, factos e problemas jurídicos de cada caso. Em seguida, procedeu-se à subsunção dos factos às normas relevantes, articulando os preceitos legais com os elementos fáticos apresentados. A aplicação foi feita de forma descritiva, utilizando linguagem técnica e estruturando os resultados em parágrafos coerentes, respeitando os critérios de objetividade, clareza e rigor jurídico. Por fim, o trabalho buscou garantir fundamentação exclusivamente normativa, sem recorrer a suposições doutrinárias não previstas nos textos legais fornecidos.

2 Caso I: Compra e Venda de Imóvel e Impossibilidade da Obrigação

a) Tipo de contrato e forma exigida

O contrato celebrado entre A (vendedor) e B (comprador) é juridicamente qualificado como compra e venda, segundo a definição estabelecida pelo artigo 874.º do Código Civil moçambicano (1966): “Compra e venda é o contrato pelo qual se transmite a propriedade de uma coisa, ou outro direito, mediante um preço.” Neste contrato, A obriga-se a transferir a propriedade do imóvel X a B, em contrapartida do pagamento do preço acordado, configurando assim todos os elementos típicos desta figura contratual: consentimento, coisa e preço.

A validade formal deste contrato está condicionada à observância de formalidades legais específicas. De acordo com o artigo 875.º do Código Civil, “o contrato de compra e venda de bens imóveis só é válido se for celebrado por escritura pública”. Assim, mesmo que haja acordo

entre as partes e pagamento parcial ou total do preço, a falta de escritura pública torna o contrato juridicamente ineficaz. Esta exigência visa garantir segurança jurídica, publicidade e autenticidade, prevenindo litígios futuros sobre a titularidade do bem.

A realização da escritura pública representa, portanto, um marco jurídico indispensável para que o contrato produza efeitos legais, em especial a transferência da propriedade. Antes dessa formalização, ainda que exista um acordo informal ou promessa de compra e venda, nenhuma das partes pode juridicamente exigir o cumprimento do contrato na totalidade, nem transferir a propriedade ou registrar o imóvel em nome do comprador.

Neste contexto, o contrato celebrado entre A e B, embora tenha sido acordado, ainda não produziu efeitos jurídicos plenos, por não ter sido lavrada a escritura pública na data previamente marcada. Assim, até que essa formalização ocorresse, a obrigação de entrega do bem e a correspondente contraprestação estavam suspensas na sua eficácia, dependendo da condição formal do negócio.

Deste modo, podemos concluir que se trata de um contrato de compra e venda de imóvel, cuja validade está subordinada à celebração por escritura pública (art. 875.º), e que, na ausência desta, não produz os efeitos próprios de um contrato plenamente eficaz. Esse fato é essencial para compreender o impacto jurídico da destruição do imóvel antes da escritura.

b) Tipo de impossibilidade jurídica

A destruição do imóvel por um terremoto de elevada magnitude, ocorrido no dia marcado para a celebração da escritura pública, levanta a questão da impossibilidade do cumprimento da obrigação de entrega do bem. Nos termos do artigo 790.º, n.º 1 do Código Civil, “a obrigação extingue-se quando a prestação se torna impossível por causa não imputável ao devedor.” Trata-se aqui de uma impossibilidade objetiva, pois a coisa (o imóvel) deixou de existir por força maior, não sendo mais possível o cumprimento da obrigação por qualquer pessoa.

A impossibilidade referida é também superveniente, pois surgiu depois de as partes terem estabelecido o contrato, ainda que este não tenha sido formalizado por escritura. Segundo o n.º 2 do artigo 790.º, se a prestação era possível na data da celebração do negócio, mas se tornou

impossível antes da verificação da condição (no caso, a realização da escritura), considera-se uma impossibilidade superveniente que, não afetando a validade do negócio, extingue a obrigação.

Não se trata de impossibilidade subjetiva, prevista no artigo 791.º, que ocorre quando o devedor não pode cumprir pessoalmente e não pode ser substituído. No presente caso, a impossibilidade é objetiva, pois reside na própria destruição do bem, e não na incapacidade pessoal do devedor. Também não se verifica impossibilidade temporária (art. 792.º), visto que o imóvel foi completamente destruído e não há expectativa razoável de que a obrigação possa ser cumprida em momento futuro.

Adicionalmente, não estamos diante de uma impossibilidade parcial nos termos do artigo 793.º, pois o imóvel foi totalmente destruído, não sendo possível a prestação de parte do bem nem a subsistência de interesse por parte do credor na execução parcial do contrato. Assim, o contrato extingue-se na totalidade, por impossibilidade absoluta da prestação.

Portanto, nos termos do artigo 790.º, a obrigação de A entregar o imóvel extingue-se, por se tratar de prestação tornada impossível por um evento alheio à sua vontade (força maior), sendo a destruição do imóvel causada por um sismo um exemplo clássico de impossibilidade objetiva superveniente não imputável ao devedor. Em consequência, B também fica desobrigado da sua prestação (pagamento do preço), extinguindo-se o vínculo obrigacional por completo.

3 Caso II: Responsabilidade civil por acidente de viação

a) Colisão causada por ataque cardíaco de A

A primeira situação apresentada envolve a colisão entre dois veículos, sendo um conduzido por A e o outro por C, funcionário da Sociedade B. Fica provado que A sofreu um ataque cardíaco enquanto conduzia, o que causou o acidente. Neste contexto, deve-se analisar se A pode ser considerado responsável civilmente pelos danos resultantes da colisão, à luz do regime jurídico da responsabilidade por factos ilícitos e da responsabilidade pelo risco.

Nos termos do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil, só há obrigação de indemnizar quando alguém, com dolo ou culpa, violar ilicitamente o direito de outrem. No entanto, o artigo 488.º, n.º 1 estabelece que quem, no momento do facto, estava incapacitado de entender ou querer, como

no caso de um ataque cardíaco súbito, não responde pelas consequências do facto danoso, salvo se o agente se colocou voluntariamente nesse estado. Sendo o ataque cardíaco uma causa súbita, alheia à vontade do condutor, não há culpa nem imputabilidade, afastando-se, assim, a responsabilidade com base neste regime.

Contudo, mesmo quando não há culpa, pode subsistir responsabilidade objetiva com base na responsabilidade pelo risco, nos termos do artigo 503.º, n.º 1, que estabelece que “aquele que tiver a direção efetiva de qualquer veículo e o utilizar no seu próprio interesse [...] responde pelos danos provenientes dos riscos próprios do veículo”. Isto significa que a mera utilização do veículo implica riscos, pelos quais o utilizador pode responder, independentemente de culpa, salvo se demonstrar uma causa de exclusão.

A exclusão dessa responsabilidade pelo risco só ocorre se o acidente for imputável ao próprio lesado, a terceiro ou resultar de força maior estranha ao funcionamento do veículo, conforme dispõe o artigo 505.º. Um ataque cardíaco súbito, embora imprevisível, pode ser considerado uma causa de força maior, mas apenas se se provar que foi absolutamente imprevisível e inevitável. A jurisprudência e a doutrina têm entendido que nem todo problema de saúde isenta de responsabilidade se houver negligência prévia (ex: dirigir com histórico conhecido de doença). Mas se ficar provado que o ataque cardíaco foi completamente imprevisível, então poderá excluir-se a responsabilidade de A.

Assim, a responsabilidade civil de A poderá ser afastada se se provar que o seu estado de saúde era estável e que o ataque cardíaco foi efetivamente imprevisível e inevitável, integrando-se no conceito de força maior previsto no artigo 505.º. Nessa hipótese, A não será responsável civilmente pelos danos causados, nem com base na culpa (art. 483.º), nem com base no risco (art. 503.º), desde que o seu estado de incapacidade no momento do facto seja devidamente comprovado nos termos do artigo 488.º.

b) Colisão causada por distração de C

Na segunda hipótese, a colisão resulta do comportamento culposos de C, funcionário da Sociedade B, que se distraiu a trocar mensagens com a sua namorada enquanto conduzia. Esta conduta caracteriza-se como negligente e infratora das regras de trânsito, representando uma

violação ilícita e culposa de deveres legais, nos termos do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil. O comportamento de C é diretamente responsável pela ocorrência dos danos, preenchendo os requisitos da responsabilidade civil extracontratual: facto, ilicitude, culpa, dano e nexo causal.

Por outro lado, C conduzia o veículo no exercício das suas funções, sendo a viatura propriedade da Sociedade B, que o havia encarregado da atividade. Nesse caso, aplica-se o regime da responsabilidade do comitente, previsto no artigo 500.º, que determina que “aquele que encarrega outrem de qualquer comissão responde, independentemente de culpa, pelos danos que o comissário causar [...] no exercício da função que lhe foi confiada”. Assim, mesmo que a empresa não tenha culpa, responde objetivamente pelos danos causados pelo seu funcionário.

A Sociedade B, enquanto pessoa coletiva, responde nos mesmos termos que um comitente, conforme reforça o artigo 501.º, aplicável por analogia a pessoas coletivas privadas. Logo, a empresa é responsável civilmente pelos danos causados por C, enquanto condutor ao seu serviço, uma vez que este atuava no exercício das funções que lhe foram atribuídas. Ainda que o condutor tenha agido com culpa (distração com mensagens), isso não afasta a responsabilidade da empresa.

Além disso, nos termos do artigo 503.º, n.º 1, quem dirige ou utiliza o veículo no seu interesse responde pelos danos causados pelos riscos próprios do veículo, o que também abrange o caso da Sociedade B. A condução de veículos é considerada uma atividade de risco, e, por isso, mesmo que não houvesse culpa do condutor, a empresa ainda assim poderia ser responsabilizada com base nesse artigo, salvo prova de força maior, o que não se verifica no presente caso.

Portanto, C responde civilmente por ato culposo (art. 483.º), mas a Sociedade B responde solidariamente, tanto com base na responsabilidade objetiva do comitente (art. 500.º), quanto com base na responsabilidade pelo risco da atividade (art. 503.º). A empresa poderá, eventualmente, exercer o direito de regresso contra C, nos termos do artigo 500.º, n.º 3, para reaver os montantes pagos em indemnização, caso não tenha concorrido com culpa para o facto.

4 Considerações finais

A análise detalhada dos casos práticos permitiu aplicar diretamente as normas do Código Civil moçambicano de 1966, evidenciando a importância da interpretação precisa dos artigos para a adequada resolução dos conflitos jurídicos. A identificação rigorosa dos factos e a sua correta subsunção às disposições legais mostraram-se essenciais para esclarecer as consequências jurídicas relacionadas com a impossibilidade objetiva da prestação e a responsabilidade civil decorrente de acidentes de viação. A articulação das normas específicas revelou-se eficaz para delimitar os direitos e deveres das partes envolvidas, destacando a proteção conferida pelo ordenamento jurídico aos interesses dos sujeitos e a relevância do princípio da responsabilidade pelo risco. A abordagem seguida demonstrou que, ao fundamentar as soluções exclusivamente nos preceitos legais aplicáveis, é possível alcançar respostas claras, coerentes e juridicamente sustentadas para problemas práticos do direito das obrigações.

5 Referências bibliográficas

Código Civil da República de Moçambique, Decreto nº 47 446, de 29 de Dezembro de 1966. (1966). *Código Civil*. Maputo: Governo da República de Moçambique.